

NOTA DO PRESIDENTE

O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) publica anualmente o Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões, que procura transmitir uma visão global e integrada da atividade desenvolvida e seu enquadramento no contexto nacional e internacional, onde se inclui um vasto conjunto de informação financeira e estatística para os vários intervenientes do mercado.

O ano 2010 ficou especialmente marcado pelo eclodir da crise da dívida soberana na área do Euro, que originou uma acentuada diminuição da confiança na sustentabilidade das finanças públicas em vários Estados-Membros, com particular enfoque na Grécia e Irlanda. Esta realidade traduziu-se num agravamento dos custos de financiamento dos respetivos setores público e privado, intensificando a relação de interdependência entre o sistema financeiro e a evolução das finanças públicas. A economia portuguesa, em resultado do progressivo efeito de contágio, viu deteriorar-se de forma considerável as condições de acesso aos mercados de financiamento internacionais, o que culminou, já em 2011, com o pedido de assistência financeira à União Europeia e ao Fundo Monetário Internacional.

Apesar desta conjuntura adversa, o mercado segurador demonstrou um elevado nível de resiliência, tendo registado, no final de 2010, um rácio de cobertura da margem de solvência de cerca de 170%. O volume de produção e o resultado líquido foram igualmente positivos de um ponto de vista global, alcançando crescimentos de 13,6% e 79,5% respetivamente.

Para esta evolução positiva, esteve subjacente a contribuição do ramo Vida, nomeadamente o incremento da procura por produtos de forte componente financeira que incorporam garantias de rentabilidade mínima ou de retorno do capital investido. Esta situação demonstra a perceção da importância da poupança, bem como da preferência dos consumidores pela segurança das suas aplicações num contexto de grande instabilidade.

O resultado da conta técnica dos ramos Não Vida evoluiu favoravelmente, embora a uma escala menos acentuada, tendo sido decisivo o contributo da função financeira. A parcela operacional deslizou, por um lado fruto das pressões competitivas que ainda se verificaram em algumas áreas de negócio, por outro devido ao aumento extraordinário dos custos com sinistros no ramo Incêndio e Outros Danos, reflexo da reparação dos danos causados pelas intempéries da Região Autónoma da Madeira.

Em relação aos fundos de pensões, o ano 2010 ficou marcado pela transferência das responsabilidades de dois fundos fechados para a Caixa Geral de Aposentações, o que contribuiu para uma perda global líquida dos montantes totais sob gestão de cerca de 10%. Apesar da volatilidade dos mercados, o nível de financiamento manteve-se estável com uma taxa de cobertura de 110%, acima dos mínimos legalmente exigíveis.

Os próximos anos irão colocar novos desafios ao setor segurador e dos fundos de pensões sendo crucial reforçar as políticas de gestão de riscos ao nível da sua identificação, mensuração e mitigação. Tal esforço deverá compreender não apenas os riscos financeiros, designadamente a antecipação de eventuais efeitos sistémicos causados pela evolução da conjuntura nacional e internacional, mas também riscos específicos de seguros, com a necessidade de maior equilíbrio na exploração técnica de alguns segmentos de negócio e monitorização do potencial de ocorrência de riscos catastróficos.

Como principais dificuldades para as quais o setor deve estar preparado, destacam-se a esperada desaceleração da atividade económica e a continuada incerteza e volatilidade dos mercados, em particular dos títulos soberanos e de emitentes da área financeira. Adicionalmente, a redução dos rendimentos disponíveis das famílias e das empresas, a diminuição dos incentivos fiscais à subscrição de determinados produtos de poupança, bem como a recente opção de alguns operadores do setor bancário de privilegiarem a canalização de poupanças, tradicionalmente captadas através de produtos da área seguradora com características de médio e longo prazo, para depósitos, deverão conduzir a pressões adicionais à manutenção dos volumes de produção do mercado segurador e de fundos de pensões. Será indispensável que os operadores reforcem a sua eficiência e a qualidade do serviço prestado, procurando evidenciar, juntos dos consumidores, as características diferenciadoras dos seus produtos.

Tudo isto terá de ser feito sem perder de vista a solidez e robustez financeira das empresas. Nesta área, os exercícios de *stress test* têm vindo a adquirir uma importância crescente a nível nacional e internacional, como instrumentos de deteção antecipada de fragilidades face a cenários adversos pré-definidos. É com a consciência da sua utilidade, quer para os sistemas de gestão de riscos dos operadores, quer para a própria atividade de supervisão, que o ISP apresenta neste Relatório o levantamento das práticas do mercado nesta matéria, transmitindo algumas recomendações no sentido do reforço do seu papel e aumento do seu grau de convergência.

Não é demais enfatizar a necessidade de acelerar os processos de transição das empresas de seguros para o Solvência II, que tem entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2013. Este novo regime consubstancia-se num conjunto de reformas importantes, abrangendo todas as áreas de negócio, designadamente a avaliação das provisões técnicas, o cálculo de requisitos de capital baseados nos riscos, a implementação de sistemas de governação bem estruturados e o incremento do grau de transparência e de divulgação de informação ao público. Ainda que o ISP tenha vindo a adotar, desde há vários anos, uma política de transposição gradual dos princípios do Solvência II para o normativo interno, a profundidade das alterações justifica que as entidades redobrem os seus esforços no sentido de garantirem uma passagem segura, atempada e devidamente planeada.

Por último, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento aos colaboradores do ISP mais envolvidos na produção deste Relatório, bem como aos membros do Conselho Consultivo pelas suas observações sempre pertinentes e que muito contribuíram para o enriquecimento deste documento.

Fernando Nogueira
Presidente